

**ANTÔNIO CONSELHEIRO E CANUDOS NA IMPRENSA DIÁRIA DA BAHIA
(1876-1897)**

Joaquim Antônio de NOVAIS FILHO ¹
Edvania Gomes da SILVA ²

Resumo: Nesta comunicação, apresentaremos uma reflexão sobre a cobertura feita pelos jornais baianos da campanha militar contra Canudos. Para tanto, buscaremos responder as seguintes questões: qual(is) o(s) discurso(s) sobre nação que podem ser identificados nesses jornais? Como a Bahia aparece nessa configuração da nacionalidade? Em que medida, pode-se observar a constituição de uma memória acerca de Antonio Conselheiro? Haveria uma dimensão religiosa nesse discurso sobre a nação? Percorreremos então, as notícias veiculadas pela imprensa diária baiana acerca de Antonio Conselheiro e Canudos. Analisaremos dois momentos em que a imprensa baiana se articulou para se posicionar, em conjunto, acerca da campanha de Canudos.

Palavras-chave: Memória, Nação, imprensa, Campanha de Canudos.

A partir de fins de 1896, após a derrota da primeira expedição militar enviada ao sertão baiano para dispersar a população de Canudos, a imprensa periódica tornou-se um dos principais aparelhos de informação empenhados na circulação de uma imagem na qual Antônio Conselheiro aparece, na maioria das vezes, como um indivíduo perigoso, com grande prestígio sobre as populações pobres do sertão. Apesar do consenso em torno do suposto fanatismo do Conselheiro e seus seguidores essas notícias inspiravam representações variadas entre a imprensa³. A eficácia da circulação

¹ Pós-graduando do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). E-mail: novaisfilho@yahoo.com.br.

² Professora do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Orientadora do projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho. E-mail: edvania_g@yahoo.com.br.

³ Salvo exceções muito raras, é constante o papel da imprensa em difundir uma imagem negativa do líder sertanejo desde a época da peregrinação (década de 1870 até 1893) até os momentos finais da guerra (1897). A pesquisadora Walnice Nogueira Galvão, ao tratar das reportagens referentes à 4ª expedição, propõe uma síntese em três tipos básicos de representação jornalística de Antônio Conselheiro e da guerra. Uma representação “galhofeira”, na qual a guerra de Canudos “foi pretexto para sátira política”; a representação “sensacionalista”, que explorava principalmente a idéia de conspiração monárquica e difundia outros boatos; e por fim, podendo “ser contadas nos dedos das mãos”, a representação “ponderada”, que buscava restaurar o bom



dessas notícias na constituição dos discursos acerca de Antonio Conselheiro e Canudos nos remete a atuação da imprensa periódica baiana nas notícias que compreendem o período entre a prisão do líder sertanejo, em 1876, até a Campanha militar, que se estendeu de novembro de 1896 a outubro de 1897.

Ao considerar, com Michel de Certeau (2002: 65), que o trabalho do historiador consiste no gesto de conectar “as ‘idéias’ aos lugares” de sua produção, é importante tentar explicitar as particularidades dos discursos aqui tratados. Pensar os pontos de vista produzidos pela imprensa baiana acerca de Antonio Conselheiro nesses primeiros anos muito militaristas da República recém proclamada, e também durante o Império, é um dos objetivos dessa comunicação. Relevante nesse caso é o processo pelo qual o peregrino tornou-se matéria de interesse desses jornais pelo menos desde a década de 1870, ou seja, ainda durante a vigência do reinado de Pedro II. Curioso observar que, mesmo nessa época, Antonio Conselheiro já aparecia como problema para as autoridades. Seu crescente prestígio e influência entre a população dos sertões da Bahia e de Sergipe eram noticiados pela imprensa periódica, que nessa época era o mais organizado aparelho de informação.

Sobre a imprensa periódica no Brasil do século XIX, o pesquisador Marco Morel observa que “os agentes que a produziam e os leitores / ouvintes que, de alguma forma, eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos, geravam o abstrato, mas com frequência invocado, Reino da Opinião Pública” (MOREL.s/d). A “opinião pública” baiana em torno de Antonio Conselheiro e Canudos se liga ao discurso que atribui fanatismo ao líder sertanejo e seus seguidores desde as primeiras notícias em 1876. O termo fanático, ora atribuído a Antonio Conselheiro, ora atribuído aos seus seguidores, ou a ambos ao mesmo tempo, atravessa as notícias, reportagens, cartas e demais manifestações veiculadas pela imprensa periódica baiana dessa época. Tanto na fala daqueles que cobravam uma intervenção armada, quanto na dos que acreditavam ser possível dissolver pacificamente o séquito conselheirista; na imprensa monarquista ou jacobina; nas reportagens ponderadas, galhofeiras ou sensacionalistas; é constante o uso do termo *fanatismo* e seus derivados.

Percorreremos então, na imprensa periódica baiana, as notícias que informaram sobre: as andanças de Antonio Conselheiro, a movimentação de pessoas que o seguia para a construção de igrejas e muros de cemitérios e sua prisão em 1876; a fundação,

senso, desmentindo boatos em torno de Antônio Conselheiro e do conflito no sertão baiano (GALVÃO, 1994).

em 1893, do arraial do Belo Monte, nas margens do rio Vasa Barris, na antiga fazenda Canudos; o insucesso da missão religiosa que tentou dispersar a população do arraial em 1895; e a organização das expedições militares para destruir o arraial “sedicioso” em 1896 e 1897.

Abordaremos também a articulação da imprensa baiana que, em duas ocasiões (março e outubro de 1897), posicionou-se em conjunto em relação a Canudos e Antonio Conselheiro. Uma das questões levantadas a partir dessa da imprensa baiana, é saber em que medida a Bahia se buscava se inserir na configuração de uma nacionalidade imaginada nesses primeiros anos da república no Brasil. Ao mesmo tempo, qual a dimensão ocupada pela identidade baiana?

Por fim, trataremos da questão da incorporação dos sertanejos à nação que se tornou central a partir do choque entre o exército e os conselheiristas.

No rastro de Antonio Conselheiro...

O primeiro registro na imprensa periódica baiana sobre o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel – que ficaria famoso como Antônio Conselheiro – aparece, ao que tudo indica, em meados de 1876. A prisão de Conselheiro na vila de Itapicuru, sertão baiano, ressoou em alguns jornais de Salvador, ganhando espaço no *Diário da Bahia*, *Jornal da Bahia* e *Correio da Bahia*, entre o final de junho e início de julho de 1876. A repercussão desse acontecimento foi abordada de maneiras diversas pela imprensa soteropolitana.

O *Diário da Bahia*, na ocasião um jornal que defendia a política liberal contra os conservadores no poder, publica duas notícias a respeito desse acontecimento, a primeira de 27 de junho apresenta uma descrição do peregrino e alerta para o seu crescente prestígio, informa sobre sua prisão e a reação de seus seguidores, aos quais atribui “ignorância e simplicidade”. Intitulada *Antônio Conselheiro* a matéria assevera que esse indivíduo “não passa de um fanático”. Adiante, um trecho significativo desse texto, que será indicado em *Os Sertões* como sendo publicado na *Folhinha Laemmert* em 1877.

Antônio Conselheiro

Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um indivíduo que se diz chamar-se Antônio Maciel e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponeses. Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuemente, sendo quase uma múmia.

Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne onde lhe permitem os párocos e movendo sentimentos religiosos vai arrebanhando o povo e guiando a seu gosto.

Revela-se homem inteligente mas sem cultura. (...) (Diário da Bahia, 27 jun. 1876. apud: CALASANS, 1969)

A segunda notícia, bem mais curta que a primeira, publicada pelo mesmo jornal em 7 de julho, com o mesmo título, informa sobre o envio do prisioneiro para sua província natal, o Ceará, onde teria praticado um homicídio:

(...) É de crer que para fazê-lo tenha a polícia tido alguma requisição da autoridade daquela província; do contrário seria uma violência, que afinal equivaleria a uma deportação, para a qual não julgamos autorizado o sr. dr. Chefe de Polícia. (Diário da Bahia, 7 jul. 1876. apud: CALASANS, 1969)

No mesmo dia, são publicadas duas matérias em outros dois jornais de Salvador. No *Jornal da Bahia* – órgão conservador e, por conseguinte da situação – o chefe de polícia é considerado “digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar”. No mais, o jornal apresenta – também com o mesmo título – praticamente as mesmas informações do *Diário da Bahia*:

(...) seguiu ontem para a Província do Ceará, a fim de ser ali presente ao sr. Chefe de Polícia o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, que apareceu em diversos lugares do interior desta província e ultimamente na Missão da Saúde, termo de Itapicuru, dizendo-se enviado de Cristo e afetando grandes virtudes, com os pés descalços, os cabelos da cabeça e da barba extremamente crescidos e vestido com uma túnica azul.

Esse indivíduo conseguiu insinuar-se no ânimo da população e adquiriu *fanáticos* adeptos pelas doutrinas supersticiosas que pregava.

(...)

Antônio Conselheiro recusou obstinadamente responder ao interrogatório que lhe foi feito na Secretaria de Polícia, sendo por isso enviado para o Ceará a fim de ser ali processado. (...) (Jornal da Bahia, 7 jul. 1876 apud: CALASANS, 1969)

No *Correio da Bahia*, o redator adverte para o perigo representado pelo Conselheiro, fazendo referência ao movimento messiânico dos mukers, que terminou sendo destruído pelas forças governamentais no Sul do país. Com o mesmo título, e com redação semelhante aos outros órgãos noticiosos, dá a seguinte notícia sobre o acontecimento:

Antônio Conselheiro

Este indivíduo apareceu em diversos lugares desta província e ultimamente na Missão da Saúde, no termo do Itapicuru, dizendo-se um enviado de Cristo e afetando, com a maior hipocrisia, grandes virtudes, com os cabelos crescidos sobre os ombros e as barbas longas, metido em uma túnica azul, de pés

descalços; insinuando-se no ânimo da população daquela localidade, pregando doutrinas errôneas e supersticiosas com o que adquiria *fanáticos* adeptos e desmoralizando em suas prédicas as autoridades e até os vigários.

(...)

Quem não se tiver esquecido do célebre Maurer, que como Antônio Conselheiro apareceu dizendo-se Messias, quem lembrar-se de que está quente o sangue das vítimas de que foi causa este perturbador da ordem pública na província do Rio Grande do Sul, certamente não poderá deixar de reconhecer o acerto da providência tomada pelo digno chefe de polícia desta Província. (Correio da Bahia, 7 jul. 1876 apud: CALASANS, 1969)

Além da repetição literal dos títulos nas três publicações, os jornais são unânimes em classificar de *fanáticos* o Conselheiro e seus seguidores. Apesar de algumas variações de opinião em torno da providência do chefe de polícia baiana em enviar o peregrino ao Ceará, onde nenhum crime foi comprovado. Posto em liberdade retornou para a Bahia onde voltou a viver em terras do município de Itapicuru, donde saía para dar conselhos e realizar obras e liderar construção de capelas e levantamento de muros de cemitérios nos sertões da Bahia e de Sergipe.

Como temos visto, os jornais repetiam títulos, expressões, falas e dizeres contribuindo – através da repetição – para a cristalização de uma imagem sobre o líder sertanejo e sua gente e de uma justificativa para a sua perseguição. Tais repetições estão relacionadas a uma certa memória discursiva, que funciona como um repositório de lugares-comuns, atribuídos ao peregrino e seu séquito. As repetições também confirmam a conexão entre esses órgãos da imprensa baiana. Conexão que será explícita em mais de uma ocasião durante a quarta expedição contra Canudos, em 1897.

Nos anos 1880, notícia impressa acerca de Antonio Conselheiro aparece no relato do coronel da polícia baiana Durval Vieira de Aguiar. A partir de viagens ao interior da província a serviço de sua corporação, Aguiar apresenta, em 1888, livro reunindo uma série de crônicas publicadas anteriormente no *Diário da Bahia*. De passagem pelo Cumbe – povoação circunscrita a vila de Monte Santo – fez o seguinte registro:

Este sujeito é mais fanático ignorante do que um anacoreta, e a sua ocupação consiste em pregar uma incompleta moral, ensinar rezas, fazer prédicas banais, rezar terços e ladainhas com o povo; servindo-se para isso das igrejas, onde, diante do viajante civilizado, se dá a um irrisório espetáculo, especialmente quando recita um latinório que nem os ouvintes entendem. (...) Nessa ocasião havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Mucambo, e estava construindo uma excelente igreja no Cumbe, onde a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz. (AGUIAR, 1979: p.83)

O esforço de classificação religiosa do “sujeito” Antônio Conselheiro ativa essa

memória que se está constituindo na imprensa baiana. Entretanto, o autor do relato destaca o caráter pacífico do Conselheiro.

A fundação do arraial do Bello Monte e a missão Capuchinha

Em meados de 1893, o peregrino voltaria a ser notícia nos jornais baianos. O motivo? O embate entre seus seguidores e a força policial baiana em Masseté, localidade de Tucano. A destruição e incêndio das tabuletas contendo leis e orçamentos municipais foram imputados aos seguidores do peregrino e legitimaram, por alegação de distúrbio da ordem, a remessa da força policial. Derrotada a polícia, o líder sertanejo e grande número de adeptos rumaram para Canudos, onde se fixaram no dia de santo Antonio, 13 de junho, rebatizando o lugar com o nome de Bello Monte. O arraial fundado pelo peregrino “passou a constituir preocupação dos jornais baianos [e os] correspondentes interioranos, frequentemente enviavam suas notícias, muitas vezes transformadas em apelos ao governo para adotar providências.” Queixavam-se, sobretudo, dos abusos cometidos pelos “jagunços” e temiam o crescimento do arraial, onde as autoridades republicanas não eram respeitadas (CALASANS, 1997: 17, 19 e 20).

O apelo dos correspondentes interioranos traz em suas formulações o eco de registros anteriores. Numa série de reportagens – publicadas no *Diário de Notícias* em 31 de maio, 05 e 07 de junho de 1893 – o correspondente de Monte Santo, cidade próxima a Canudos, se empenha em difundir uma imagem negativa de Antônio Conselheiro, rotulando-o como fanático, subversivo, monarquista, pernicioso e cruel, e exigindo urgência do governo no emprego da força:

O célebre fanático, conhecido, entre as turbas que o acompanham, por *Conselheiro*, tem levantado uma cruzada contra o pagamento de impostos, inculcando no ânimo dos seus ouvintes as mais subversivas teorias.

(...) urge que o governo empregue toda a energia, a fim de evitarem-se cenas de maior gravidade.

O *Conselheiro* é um indivíduo perigoso, é um elemento de desordem, desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio entre as populações, às quais ilude com práticas religiosas. (Diário de Notícias, 31 maio 1893)

Uma força de polícia (...) composta de 52 praças, seguira da cidade do Tucano, com o fim de garantir a ordem pública, que se dizia estar sendo alterada nas localidades por onde ia passando o famigerado *Conselheiro*. (Diário de Notícias, 5 jun. 1893)

(...) não agradou-me, nem houve pessoas de senso que aprovasse o hábito dele [Antonio Conselheiro] nas suas práticas atacar a República e o próprio governo, se dizendo monarquista e a fazer elogios à família imperial, objeto que só

deveria ser lembrado como uma recordação histórica.

(...)

Ora, bem se vê que dessa forma tornou-se um homem pernicioso, e em completa negação do que fora ensinado por Jesus Cristo, que sempre mandava que fossem respeitadas as leis humanas (...)

Faça idéia, meu caro, quem poderá em sua fazenda ou casa suportar, por um dia que seja, esse exército de malandros, vagabundos e até criminosos. (Diário de Notícias, 7 jun. 1893) (apud: ALVES, 1997: pp.181-183)

Opinião diversa da apregoada pelo correspondente do *Diário de Notícias* aparece numa série de cartas publicadas no *Jornal de Notícias* em 10, 14 e 16 de junho de 1893. Ao invés de defender o envio de tropas, esses missivistas são da opinião que se deve dispersar a multidão por meios pacíficos. E reconhecem em Antônio Conselheiro um indivíduo inofensivo.

Uma das cartas – datada de 3 de junho e assinada *Obscuris Civis*, de Santa Luzia e publicada em 10 de junho, com o título: O célebre fanático “Antônio Conselheiro” – informa sobre o “avultado número de pessoas” que seguem o “missionário *sui generis*”. Afirma, entretanto, que se trata de um homem altruísta, abnegado e extremamente humanitário. É narrada a ocasião em que teria aconselhado “não pagassem os impostos municipais por serem excessivamente vexativos”, mas “não (...) que deixe de pagar imposto, como informam à ilustrada redação do *Diário*”. E observa, sobre a atitude do Conselheiro:

Não impele aos romeiros nenhum pensamento político, como impatrioticamente informaram; domina-os sim, o fanatismo religioso, o pior de todos os fanatismos. Chegam a atribuir ao *Conselheiro* o dom do milagre.

(...)

O Conselheiro é, nada mais nada menos, do que um doente de monomania religiosa. (apud: ALVES, 1997: p.184)

Curioso, nessa manifestação de um morador do sertão baiano, é o emprego do vocabulário psiquiátrico na descrição de Antonio Conselheiro, que é diagnosticado como *monomaniaco religioso*. Traço do discurso de patologização que encontraria seu clímax na interpretação do médico psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues, em estudo publicado em 1897, e influenciaria Euclides da Cunha na escritura de *Os Sertões*.

Em carta publicada em 14 de junho de 1893, Durval Aguiar, que já havia se manifestado anteriormente acerca de Antonio Conselheiro, volta a frisar o fanatismo religioso do Conselheiro. Indica, no entanto, que se trata de um “inofensivo ente devotado a uma mania religiosa”. Encerra a carta defendendo que “em lugar de se massacrar esses grupos de fanáticos, à pólvora de bala, se lhe envie um virtuoso e inteligente missionário para os conter, e boas doutrinas para os chamar ao trabalho.”

(apud: ALVES, 1997: p.186-187).

O envio de uma missão religiosa é também sugerido na derradeira carta, publicada em 16 de junho e assinada Maximiliano José Ribeiro. O missivista apela para que sejam adotados “meios brandos” para restituir o povo que acompanha o Conselheiro ao “seio de suas famílias”. E ajuíza em defesa do caráter inofensivo do peregrino cearense:

O Conselheiro aconselha ao povo para não abandonar seus lares por causa dele; o povo recalcitra esta ordem e por força do fanatismo o acompanha. É um homem honrado, tanto assim que ele quisesse ser rico de um dia para outro o seria; mas só aceita alimentação e nada mais. (apud: ALVES, 1997: p. 187-188)

Sob forte pressão da “opinião pública” formada pela circulação de notícias da natureza das que temos comentado aqui, mas vacilando diante da atitude a ser tomada no caso de Canudos, as autoridades estaduais acabam por solicitar apoio da Igreja Católica para dissolver o séquito conselheirista. Após contatos entre o Governador Rodrigues Lima e o Arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva firma-se a intenção de “dissolver o ajuntamento pela palavra de um missionário habilidoso”. O Arcebispo, em acordo com o Governador, decide enviar ao arraial sertanejo dois capuchinhos italianos: Frei João Evangelista de Monte Marciano e Frei Caetano de S. Léo. Em 13 de maio de 1895, chegam ao arraial em companhia do Pe. Sabino, vigário de Cumbe. Apesar do “firme propósito de dispersar o movimento”, a iniciativa da Igreja foi frustrada pela atitude não muito diplomática de Frei João que criticou “severamente o Conselheiro pela não-aceitação da República” e exigiu a imediata dissolução do agrupamento conselheirista (OTTEN, 1990: 181).

Como resultado dessa missão é apresentado ao arcebispado da Bahia um relatório sobre “Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos”, que traz “uma notícia geral da comunidade messiânica” e conclui por pedir a intervenção do governo estadual. O relatório “além de publicado em diversos jornais da Bahia, foi impresso e distribuído em folhas avulsas pelo governo do Estado” (BARTELT, 2009: p.96). A partir desse momento intensificou-se a campanha propagandística movida pelo ódio ao Conselheiro. Campanha que se constituía em “um fluxo de idéias de mão única e até circular: partia dos letrados do litoral e destinava-se a eles mesmos”, como observa Zilly (1997: 63-64).

A campanha de Canudos (1896-1897) e o consenso da imprensa baiana

Em 1896, Luis Viana assume o governo da Bahia com a promessa de pacificar o sertão, que em diversos pontos estava conflagrado. Mas, a rivalidade política entre vianistas e gonçalvistas⁴ elevaria Canudos a problema nacional. O Barão de Jeremoabo, acusa o Governador de adotar a tática de “não vencer os fanáticos, mas dispersá-los para que em bandos, arrasassem e destruíssem as fazendas e propriedades dos adversários” (Jornal de Notícias, 4 de março de 1897. citado em OTTEN, 1990: 182). Por fim, a solução armada se precipitaria com a colaboração de um antigo desafeto de Antonio Conselheiro: Arlindo Leoni, juiz de direito de Juazeiro.

Após dois alarmantes telegramas enviados por Leoni em 29 de outubro e 4 de novembro o Governador da Bahia, Luis Viana, decide enviar uma expedição militar para dissolver o ajuntamento, agora pela força do fuzil. No dia 6 de novembro, a primeira expedição, comandada pelo tenente Pires Ferreira, parte de Salvador. No mesmo dia o *Diário da Bahia* reproduz matéria do jornal *Cidade do Joazeiro*, que entre outras coisas, diz:

Pavorosa impressão domina o espírito publico d’esta cidade, profundamente agitado com a confirmação da terrífica notícias de sermos em breve visitado pelo perverso-maniaco Antonio Conselheiro, constituindo de longa data a mais tremenda e audaz ameaça à ordem publica, o elemento de rigoroso receio á fraqueza dos nossos governos anteriores, de cuja auctoridade impunemente zombou para eterna vergonha d’este próprio estado. (apud: BARTELT, 2009: p. 144)

O ataque a Juazeiro não se consumou e a tropa comandada pelo tenente Pires Ferreira decidiu marchar para Belo Monte após cinco dias de espera. No dia 21, a tropa sofre ataque surpresa em Uauá, distante de Canudos cerca de 110 Km e que no dia anterior fora abandonada por quase todos os habitantes. Diante da situação, Pires Ferreira decidiu recuar a tropa. O comandante alegou que os atacantes conseguiram “apoderar-se de algumas casas abandonadas, que se achavam desguarnecidas por insuficiência da força e de onde nos fizeram algum mal (...)” (apud. MILTON, 2003: 41). O desastre da força oficial – classificado como “improdutiva vitória” pelo ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo – resultou num aumento da autoconfiança entre os conselheiristas e da popularidade do agrupamento sertanejo. Essa celebridade, alegada com todo alarmismo que crescentemente era difundido nas notas relativas ao conflito, ecoou na capital federal.

⁴ Partidários de José Gonçalves da Silva, primeiro governador constitucional republicano da Bahia. Figura-chave entre os gonçalvistas era o latifundiário e político Cicero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo. A propriedade onde se localizava a fazenda Canudos era de propriedade de parentes seus.

A segunda Expedição, organizada ainda em 1896, marchou rumo ao arraial e em 18 de janeiro de 1897 tem o primeiro recontro com os conselheiristas na serra do Cambaio. No dia seguinte os militares são surpreendidos por um ataque na lagoa do Cipó. Doze horas depois, a situação se complicava com a fuga dos tropeiros, o esgotamento da munição e a falta de animais. O comandante, Major Febrônio de Brito resolve iniciar a retirada.

Em parte da imprensa baiana, o governador Luis Viana é alvo de severas críticas. O opositor *Estado da Bahia*, em editorial de 4 de fevereiro, insinua que Viana considerava os conselheiristas “instrumento cego e passivo”

(...), para satisfazê-lo, não recuará diante de crime algum, que lhe importa o sangue humano, iniquamente derramado, contanto que viva elle contente e satisfeito? É doutor em medicina, mas consente sem escrúpulos, sem o menor remordimento da consciência que *fanaticos, beatas e meninos* sejam levados a ferro e a fogo (apud BARTELT, 2009: p.139)

No editorial do dia 7 de fevereiro, o *Estado da Bahia* torna a explorar o envio da expedição militar a Canudos. E, numa referência a atitude do governo de Luis Viana, arremata:

(...) ainda mais inqualificável é o crime dos que, de envolta com o fanático e o mentecapto, com os velhos, creanças, mulheres beatas, é uma multidão de innocentes, que de boa-fé o acompanham, cogitam de aniquilar ao mesmo tempo com os recursos officiaes os seus inimigos pessoaes. (apud BARTELT, 2009: p.139)

Com o “insucesso” da segunda Expedição, o governo federal começa a acreditar na idéia de que Canudos era um antro monárquico, como insistia a imprensa jacobina carioca (VILLA, 1997: p.156). Moreira César é nomeado comandante da primeira Expedição, sob comando federal. Com a responsabilidade de “lavar a honra” do Exército, a Expedição avista Canudos no dia 3 de março e começa forte investida. A reação veio como uma tempestade de tiros partindo dos defensores alojados em casas, becos e nas torres das igrejas. No final da tarde, as baixas militares eram grandes e Moreira César é atingido por dois tiros, ficando fora de combate. No início da noite, temendo um ataque, é anunciado o toque de retirada. Na madrugada, não resistindo aos graves ferimentos morre o coronel Moreira César, o comando da Expedição passa para as mãos do coronel Pedro Tamarindo. No dia seguinte, começa a retirada da tropa, nela vários oficiais morrem. Com um saldo de 116 mortos e 120 feridos se encerra a atuação da expedição comandada pelo famoso “corta-cabeças”, apelido do coronel Moreira César, devido a sua atuação na repressão a Revolução federalista no sul do país entre 1893 e 1895.

Com a derrota da expedição, a ideia de conspiração monárquica ganhava corpo e passava a fazer parte do cotidiano político. Na capital da República jornais monarquistas foram empastelados e instaurou-se um clima de terror. A Bahia se tornou alvo de constantes acusações da imprensa republicana do Sul. O “boato de que a Bahia apoiava o movimento restaurador de Canudos” foi severamente combatido pela imprensa soteropolitana, que se uniu deixando de lado as divergências. Em 14 de março, sob a coordenação de Severino Vieira, redator do *Correio de Notícias*, foi redigido um documento de protesto intitulado “Pelo nome da Bahia” e enviado no mesmo dia aos jornais cariocas.

A imprensa baiana, unânime, pelos órgãos infradesignados, ciente de que na capital federal se procura formar a falsa opinião de considerar-se a Bahia reduto monarquista, protesta em nome de todas as classes sociais, que legitimamente representa, contra tão injusta e ofensiva suspeita, e afirma, como incontestáveis verdades, a opinião republicana deste estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes. (*Correio de Notícias*, Estado da Bahia, A Bahia, Jornal de Notícias, Diário da Bahia, Gazeta de Notícias, Panteon e Cidade do Salvador). (*Jornal de Notícias*, 16 mar 1897)

Essa etapa do conflito, inaugurada com a derrota da III Expedição, serviu para unificar a elite e as instituições em defesa da República contra Canudos e Antonio Conselheiro. Conforme Dawid Bartelt, o discurso político da época usava como sinônimos três conceitos distintos: República, nação e pátria. Nesse discurso “Canudos insere o sertão e a nação numa relação de oposição interna.” (BARTELT, 2009: p. 327). Antonio Conselheiro e os habitantes de Canudos tornam-se um “outro” nessa defesa da República, e são excluídos da nacionalidade. Somente depois de destruído Canudos, os sertanejos finalmente seriam elevados a “rocha viva da nacionalidade”, na monumental obra de Euclides da Cunha.

Com o anúncio oficial do insucesso da terceira expedição, o presidente da república Prudente de Moraes nomeou o general Artur Oscar de Andrade Guimarães para o comando da quarta expedição. A 21 de março, Artur Oscar já estava em Queimadas onde iniciou a elaboração do plano de ação. Entretanto, permaneceu vagando com as tropas entre Queimadas e Monte Santo durante três meses. A grande dificuldade de arregimentar soldados era um dos principais obstáculos alegados pelo Exército que se encontrava bem servido de recursos oficiais. Somente em 14 de junho de 1897 as tropas partiram de Monte Santo rumo a Canudos (VILLA. 1997: 177).

Formada por duas Colunas, que partiram de Monte Santo (BA) e Aracaju (SE), a Quarta Expedição conseguiu arregimentar, com dificuldade, entre 10 e 12 mil soldados

e chegou a contar com a presença do Ministro da Guerra, o marechal Machado Bittencourt. Nesse momento o quadro da guerra adquiriu contornos gigantescos, contando com a presença de correspondentes dos principais jornais brasileiros. Dois jornais baianos tinham correspondentes no *front*: *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*. A sagacidade dos conselheiristas e sua intimidade com a paisagem sertaneja contribuíram para o prolongamento da campanha, agravando a situação do exército. Somente no dia 5 de outubro, após quase três meses de cerco, o exército tomou definitivamente o arraial sertanejo em meio aos incêndios, à querosene e à ruína das igrejas. A destruição foi total: com dinamite se arrasava o casario, o que sobrava de seres humanos era degolado.

Em 25 de outubro de 1897, vinte dias após o ataque final ao arraial de Canudos, por ocasião da passagem do general Artur Oscar na cidade de Salvador, a imprensa baiana volta a se manifestar conjuntamente. Oito órgãos da imprensa baiana subscrevem um “Tributo de homenagem (...) as forças que voltam vitoriosas da campanha de Canudos”⁵. Pela atitude desses jornais podemos imaginar até que ponto foi duradouro o consenso na cobertura da “campanha de Canudos”, consolidado meses antes.

(...) A imprensa bahiana foi durante essa renhida peleja contra o minotauro de Canudos mais do que um aparelho organico, vivo e palpitante por onde corria o plasma da opinião; foi a alma colectiva, o coração da Bahia, o músculo vibrátil e sensível em cujas fibras vinham repercutir, dia por dia, as esperanças e os sofrimentos, as alegrias e as dores, os entusiasmos e os revezes da legião patriótica. (Cidade do Salvador, 27 de outubro de 1897)

Nesse tributo, temos, mais uma vez, registrada a posição reclamada pela imprensa da Bahia na “peleja contra o minotauro de Canudos”. Vimos assim que a campanha contra Antonio Conselheiro não se limitou a ação militar entre novembro de 1896 e outubro de 1897. Desde a primeira notícia, no semanário sergipano em 1874, uma trama de significados, com suporte na imprensa periódica, estava se urdindo. Contudo, depois de mortos, os sertanejos que seguiram o Conselheiro e fundaram o arraial do Bello Monte foram incorporados à nacionalidade.

Indispostos a compreender o fenômeno, boa parte dos letrados que se expressavam acerca de Antonio Conselheiro e Canudos, solicitavam pronta ação do Estado no sentido de garantir a ordem. De alguma forma, a campanha se dilatou para depois do último combate em 5 de outubro de 1897. É assim que a maneira do macabro

⁵ Os jornais que assinam o tributo são os seguintes: *A Bahia*; *Diário da Bahia*; *Diário de Notícias*; *Jornal de Notícias*; *Correio de Notícias*; *Cidade do Salvador*; *O Republicano*; *Revista Popular*.

aforismo americano: “O único índio bom é um índio morto”, os sertanejos mortos tiveram mais valia do que vivos. Erigidos como “rocha viva da nacionalidade”, pelo célebre Euclides da Cunha. O mesmo que engrossou o coro dos que defendiam através da imprensa uma ação militar enérgica, alegando que o arraial fundado por Antônio Conselheiro no sertão baiano era um reduto monarquista.

Portanto, através da imprensa se elaborou um significativo instrumento na guerra contra Canudos. As notícias sobre Antonio Conselheiro, acoplando e fazendo circular atributos acerca de sua personalidade se ramificaram pela imprensa durante um longo período. Perpetuou-se em manifestações literárias e ecoam hoje.

Referências:

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e Sátira na Guerra de Canudos*. Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/ EGBA, 1997.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A Semana (1896-1900)*. Edição de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc, 1962, v3.
- BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009.
- CALASANS, José. *Notícias de Antônio Conselheiro*. (1969) republicado in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 33: 2000 – 2002. pp. 9-19
- _____. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2002.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: (campanha de Canudos)*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo Bernucci. 4ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª Expedição*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977.
- MARTINS, Paulo Emilio Matos. *A reinvenção do Sertão*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MOREL, Marco. *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html> (capturado em jan.2008). s/d.
- MILTON, Aristides. *A Campanha de Canudos*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2003.
- OTTEN, Alexandre. “Só Deus é grande”. *A mensagem religiosa de Antonio Conselheiro*. São Paulo, Loyola: 1990.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *A loucura epidêmica de Canudos (1897)* in: _____. *As Coletividades Anormais*. Brasília, Ed. do Senado Federal, 2006.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos – o povo da terra*. 2 ed. São Paulo: Ática. 1997.
- ZILLY, Berthold. *A guerra do sertão como “evento de mídia” na Europa de 1897*. Anos 90. Porto Alegre (7): 59-87, jul. 1997.

Jornais consultados:

- JORNAL DE NOTÍCIAS edição de 16 de março de 1897.
- CIDADE DO SALVADOR edição de 25 de outubro de 1897.